



O ESPAÇO RURAL E O MUNICÍPIO:

A importância do desenvolvimento rural

THE RURAL ZONE AND THE MUNICIPALITY:

The importance of rural development

Anderson Gonçalves de Oliveira – UNIMONTES – Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
ollyveranderson@gmail.com

Ana Ivania Alves Fonseca– UNIMONTES – Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
anaivania@gmail.com

RESUMO

O espaço rural brasileiro é marcado por transformações em diferentes setores, principalmente após a década de 1960, com a inserção de políticas desenvolvimentistas. As modificações no espaço rural trouxeram impactos tanto positivos como negativos, sucedidos em fazes distintas. De início, foram impulsionadas pelo sistema capitalista, visando crescimento econômico rápido e expansionista, com consequências negativas, devido a falta de planejamento desse fenômeno. Contrapondo a isto, as pequenas comunidades dos municípios buscaram novos meios de se manterem e desenvolverem no campo, usando os conhecimentos sobre o manejo da terra e o domínio do seu ambiente, como guardiões da cultura e tradição dos antepassados, mesmo enfrentando diversos problemas, como o processo de desterritorialização. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo, estudar as transformações no espaço rural do município de Montes Claros – MG e na comunidade rural de Pedra Preta, que vem acompanhando de perto estas transformações, e representando uma realidade vivida pela maioria das comunidades do município. Como metodologia, foram realizados trabalhos de campo com o objetivo de estabelecer conversas informais e observação do cotidiano dos moradores. As entrevistas foram semiestruturadas no formato de pesquisa qualitativa, com o intuito de coletar informações em diferentes esferas, desde sociais, históricas, culturais, econômicas e nas questões ambientais. Embora os resultados revelem um meio rural dinâmico e pluriativo na comunidade, há desafios e reconfigurações que demandam um olhar especial para melhor desenvolver o espaço rural na comunidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Município; Desenvolvimento; Espaço rural; Montes Claros.

ABSTRACT

The Brazilian rural zone is marked by transformations in different sectors, mainly after the 1960s, with the insertion of developmental policies. The changes in rural areas brought both positive and negative impacts, occurring in different stages. Initially, they were driven by the capitalist system, aiming at rapid and expansionist economic growth, with negative consequences, due to the lack of planning for this phenomenon. In opposition to this, the small communities of the municipalities looked for new ways to maintain themselves and to

develop in the field, using the knowledge about the management of the land and the domain of its environment, as guardians of the culture and tradition of the ancestors, even facing several problems, such as the process of deterritorialization. In this perspective, this article aims to study the transformations in the rural space of the municipality of Montes Claros - MG and in the rural community of Pedra Preta, which has been closely following these transformations, and representing a reality experienced by most communities in the municipality. As a methodology, fieldwork was carried out with the objective of establishing informal conversations and observation of the residents' daily lives. The interviews were semi-structured in a qualitative research format, with the aim of collecting information in different spheres, from social, historical, cultural, economic and environmental issues. Although the results reveal a dynamic and pluriactive rural environment in the community, there are challenges and reconfigurations that demand a special look to better develop the rural space in the community.

Keywords: Family farming; County; Development; Rural space; Montes Claros.

INTRODUÇÃO

As atividades agrícolas são caracterizadas pela produção de alimentos, cultivados na terra, e o espaço rural brasileiro se destaca pela forte participação nas práticas agrícolas, tornando-se destaque na economia mundial desde os primórdios. Cabe aqui ressaltar que o desenvolvimento rural atualmente, depende de investimentos externos e internos no campo, implica sobretudo, na geração de renda, na criação de postos de trabalho e na redução de custos, a partir da tecnologia aplicada nos meios de produção da terra, além de haver uma interação com a conservação da natureza, a partir das técnicas agro - ecológicas e a sustentabilidade rural (KAGEYAMA, 2008).

No período pós-Guerra, durante a década de 1950, foram inseridos no Brasil e nos países subdesenvolvidos, novos meios de produção agrícola, a partir da chamada revolução verde, que segundo Navarro (2001), surgiu com objetivos adjuntos à política desenvolvimentista, visando a expansão do crescimento econômico com novos métodos tecnológicos de cultivo em larga escala. Com isso, o campo foi se esvaziando, dando espaço para o trabalho maquinário e com às consequências do “êxodo rural”, às cidades passaram a apresentar um rápido e descontrolado crescimento populacional que culminaram numa série de embates.

A partir de então, as comunidades tradicionais passaram a enfrentar desafios para se manterem no campo. Conforme Cunha e Costa (2012), muitas comunidades do Norte de Minas sofreram pelo processo de desterritorialização, muitas vezes por meio de

guerras violentas na disputa pelo território. Essa problemática desperta ainda mais a necessidade destes estudos, visto que as pequenas comunidades rurais são guardiãs de memórias, culturas e identidades sobre o espaço vivido, desde as técnicas de manejo da terra, a relação com a natureza e por suprir boa parte das demandas alimentícias das cidades. Nesse sentido, o trabalho tem como principal objetivo, estudar as transformações no espaço rural do município de Montes Claros- MG e da comunidade rural de Pedra Preta. De modo específico, pretende mostrar os saberes e fazeres desta comunidade em relação as transformações ocorridas, tanto em âmbitos socioeconômicos, quanto socioambientais, apresentar os novos meios de produção inseridos no recorte estudado e também apresentar ações mitigadoras capazes de realizar o equilíbrio ambiental e os meios de produção no campo.

METODOLOGIA

A metodologia foi baseada em revisões bibliográficas, registros iconográficos, utilização dos recursos geotecnológicos para confecções cartográficas, e em visita de campo na comunidade rural de Pedra Preta, pertencente ao município de Montes Claros-MG. O trabalho de campo foi realizado no dia 04 de julho de 2020. Os estudos possibilitaram conversas informais com os moradores, com o intuito de estabelecer uma relação maior de intimidade entre o pesquisador e entrevistado.

A partir do conhecimento empírico, foi observado o cotidiano dos moradores e aplicados questionários semiestruturados baseados na pesquisa qualitativa, onde foi possível coletar dados sobre o desenvolvimento socioeconômico, sobre as questões culturais, sobre a história da comunidade e às lutas enfrentadas, principalmente no que se refere ao quadro socioambiental. Dentre as principais indagações destacam-se: a) Quais as lutas vivenciadas no passado da comunidade? b) Quais os obstáculos que a comunidade vem enfrentando conforme o quadro ambiental atual e a escassez hídrica? c) Quais às alternativas a comunidade vem tomando para lidar com os obstáculos, considerando os novos meios de produção?

Desse modo, foi possível descrever os meios de produção e as atividades culturais, presentes na comunidade por meio de registros iconográficos, além da narrativa das falas dos moradores, que possibilitaram relatar o histórico da comunidade, e a comprovação das revisões bibliográficas sobre o novo modelo de desenvolvimento rural.

O ESPAÇO RURAL DE MONTES CLAROS

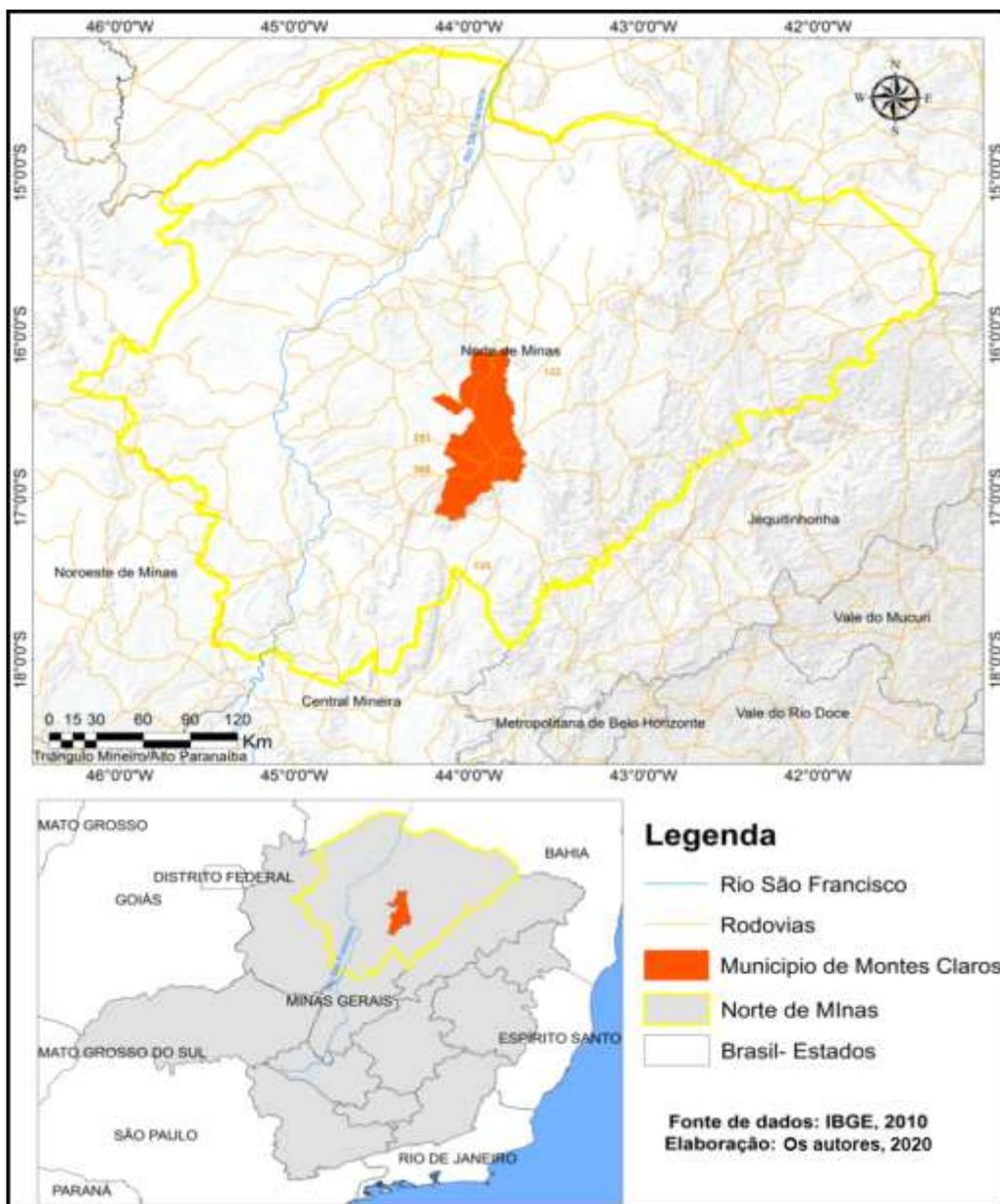
O município de Montes Claros está localizado na Mesorregião Norte de Minas Gerais, como está explícito no mapa da figura 1, possui uma extensão territorial de 3.568 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010).

A origem da maioria das cidades norte-mineiras, como Montes Claros, vem desde meados do século XVIII, resultantes das expedições realizadas pelos bandeirantes em busca de minerais preciosos. Com o passar dos anos, foram surgindo fazendas na região que estrategicamente serviam de ponto de escoamento de mercadorias, que por hora, seriam distribuídas pelo resto do estado. Segundo Fonseca (2012, p.71) “Nesses locais, normalmente, formavam-se as primeiras feiras para a troca de produtos”, fato este que permitiu o desenvolvimento da cidade de Montes Claros. Em 1960 com a implementação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que, de certa forma, contribuiu para quebrar a expressão dita do “Norte de Minas como sinônimo de isolamento”, surgiram novas possibilidades de desenvolvimento da região, onde foram inseridas políticas públicas para a industrialização e investimentos econômicos para a cidade de Montes Claros. Dessa forma, segundo Freitas (2016) isso permitiu que à cidade atraísse uma gama de pessoas de diversos municípios, tornando-se atualmente o maior polo atrativo da mesorregião, pela disponibilidade de inúmeros serviços comerciais, educacionais e principalmente pela forte participação no setor industrial.

Certamente, as políticas públicas de desenvolvimento, oferecidas pela SUDENE na época, eram meramente destinadas ao espaço urbano, fato que permitiu a aceleração do processo de urbanização e, conseqüentemente, transformando o espaço rural que logo foi se esvaziando. Estas mudanças contribuíram para o aumento do êxodo rural,

caracterizando a transição de uma cidade agrícola para meramente urbano-industrial, Fonseca (2012).

Figura 1: Mapa de localização do município de Montes Claros



Durante a década de 1970, o espaço rural do Norte de Minas enfrentou desafios de cunho social e ambiental. Foi implementado na região projetos de reflorestamentos onde ocorreu a substituição de grandes extensões de terra coberta por vegetação nativa, pela existência monótona do eucalipto, fato que ocasionou em conflitos territoriais por

toda a região, de um lado as grandes empresas reflorestadoras e, de outro, às comunidades tradicionais. Por sua vez, estas comunidades se tornaram sufocadas pelas grandes fazendas e pelo monocultivo de eucalipto, o que resultou na perda do território de muitas destas (CUNHA, 2012).

As comunidades tradicionais presentes na região, incluindo no município de Montes Claros, desempenham suas práticas agrícolas familiares desde os primórdios e atualmente contribui de maneira direta e indireta para o desenvolvimento socioeconômico do município, incluindo técnicas sem utilização de agrotóxicos (SAT) por meio de uma agricultura orgânica. Em muitos casos, os resultados da produção agrícola dessas comunidades são comercializados em feiras agroecológicas que ocorrem nos bairros da cidade, ou vendidos nas praças públicas e mercados. Conforme Fonseca (2014), estas feiras constituem na circulação do capital no comércio local, além de proporcionar um ambiente de lazer para as pessoas que frequentam.

O município de Montes Claros, segundo o IBGE (2010), é composto por 361.915 habitantes e estima-se que esses números ultrapassem os 413.000 habitantes em 2020, enquanto a população do meio rural do município encontra-se entre 17.488 e 18.000 habitantes. Apesar da maior parte da população do município residir na cidade, o município apresenta uma população rural significativa, que se mantém através das pequenas comunidades rurais com práticas ligadas à agricultura familiar e de subsistência. Como afirma Pereira (2004), a maioria dos municípios do Norte de Minas apresenta população rural maior, igual ou pouco inferior em relação a população urbana, e cultivam hábitos tipicamente rurais, como a forte relação com à agricultura familiar e os costumes culturais.

Segundo o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDRS¹, espalhadas no território do município, as comunidades presentes no espaço rural foram agrupadas em 14 setores com comunidades polos que possibilitam uma melhor organização e representação dessas comunidades rurais, Freitas (2016).

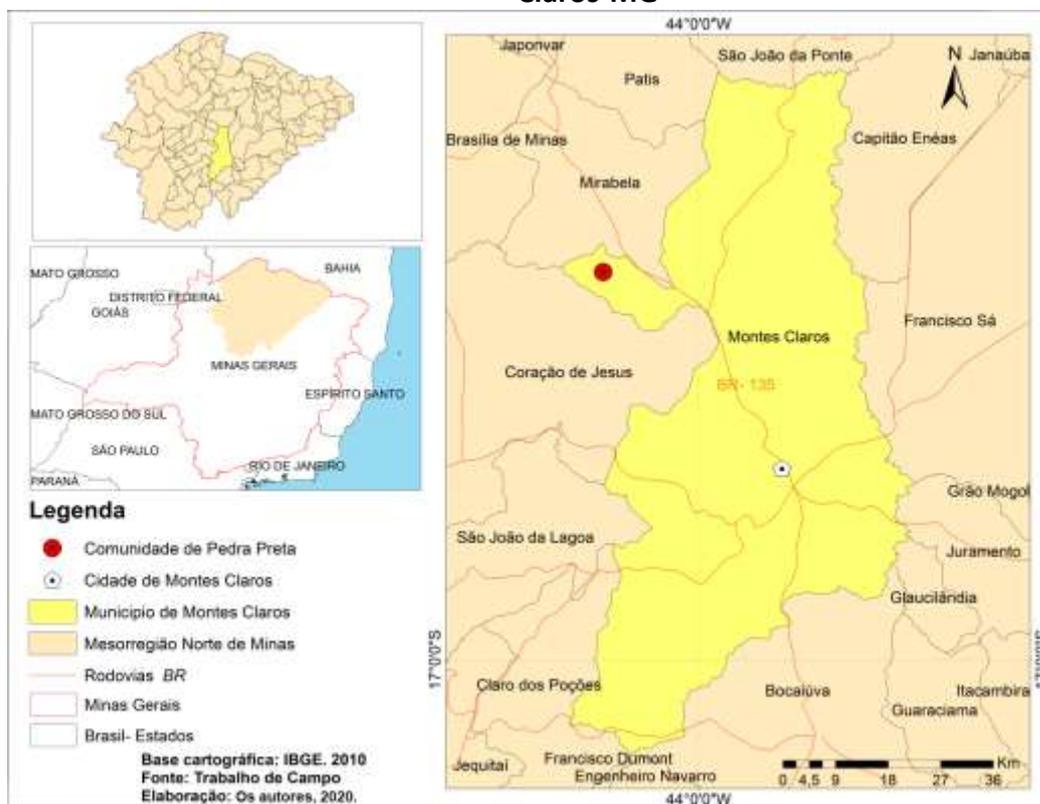
¹ Segundo Freitas (2016), o conselho permite a discussão de propostas e demandas de investimentos públicos destinados à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural do município, para que assim os representantes das comunidades presentes nas reuniões possam propor inovações para gestão pública diante os problemas vivenciados nas comunidades.

Diante dos problemas socioambientais enfrentados em todo país, e de modo particular, no Norte de Minas, que enfrenta desafios relacionados à falta de água, nota-se ainda mais a importância dos conselhos municipais. O desenvolvimento rural sustentável é de suma importância para a amenização desses problemas e contribui também para o poder socioeconômico nestas comunidades, desafios que outrora eram vivenciados na comunidade de Pedra Preta, que será apresentada posteriormente.

HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE PEDRA PRETA

O território do município de Montes Claros é dividido em nove distritos, além da sede municipal. Interligadas aos distritos, existem as pequenas comunidades rurais, espalhadas em todo o território. Dentre elas, encontra-se a comunidade de Pedra Preta, povoado pertencente ao distrito de Ermidinha, que segundo o CMDRS, é uma comunidade polo pertencente ao setor 6, localizada a 56 km da sede municipal, assim como mostra o mapa (figura 2).

Figura 2: Mapa de localização da comunidade de Pedra Preta no Município de Montes Claros-MG



A comunidade de Pedra Preta foi fundada em 1951 e contava apenas com cinco moradores. Essa comunidade foi visitada pelo bispo Dom José, da diocese de Montes Claros/MG em 1979, quando queria nomeá-la de “Unaíta”², mas os moradores já haviam se acostumado a chamá-la de Pedra Preta, pela existência de uma “serra preta” próxima à comunidade. Pedra Preta é uma comunidade pequena, com apenas uma avenida e sessenta e sete (67) casas, sendo essas construídas em terrenos doados pela igreja Nossa Senhora das Graças (Figura 3) em 1964.

Figura 3: Atual Igreja Nossa senhora das Graças



Fonte: Os autores, 2020.

As primeiras moradias eram feitas de adobe, as ruas eram de terra (sem asfalto ou calçamento), também não havia energia elétrica nem rede de água, sendo utilizadas às candeias e lampiões como fonte de energia. Os moradores buscavam água nas cacimbas e num pequeno córrego chamado “Resfriado”. O desenvolvimento na comunidade se deu a partir de 1973, quando a prefeitura de Montes Claros instalou água e luz a motor diesel na comunidade, sendo a iluminação controlada, fornecida apenas até as 22h00, e a água

² Não se tem ao certo registro ou significado do nome “Unaíta”, mas segundo os moradores mais antigos, o nome escolhido pelo bispo Dom José foi inventado ou simplesmente por achá-lo belo.

era restrita, pois para todos havia apenas um chafariz d'água na rua. Mais tarde, em 1979 a energia elétrica foi instalada na comunidade melhorando e facilitando a vida das pessoas. Atualmente há aproximadamente 225 habitantes na comunidade. Foram construídas novas casas, outras foram reformadas, as ruas são calçadas com rochas (Figura 4), há um cemitério, uma igreja e a Escola Municipal Exupério Gonçalves, que atende as demandas educacionais locais desde 1961. Na comunidade não há um posto de saúde, porém há a visita de médicos uma vez por mês para atender as necessidades básicas de saúde da população local.

Figura 04: Rua em calçamento na Avenida Principal da comunidade de Pedra Preta



Fonte: Os autores, 2020.

A história da comunidade é marcada pelas festas tradicionais religiosas, cavalgadas e os animados forrós de domingo, cultura essa, que segundo os antigos moradores, existe desde os primeiros habitantes da região. Apesar das dificuldades existentes no passado, a cultura da comunidade ainda está presente, mesmo diante da chegada da modernidade. Em entrevista com uma moradora de 79 anos ela conta relatos de como era à luta pela sobrevivência naquela região, segundo ela:

Quando eu era moça, meu pai, minha mãe e meus cinco irmão, trabalhava de mais. Nós acordava cedo pra ir pras roça que pai plantava, tinha vez que nós ia era pras rodas de farinha, moer cana nos engenhos. Quando nós voltava já tava turvano e ainda tinha que ajudar mãe arrumar a casa e fazer a janta... todo dia era essa mesma labuta [...]. Mais era assim, toda vez que sobrava um tempin, nós ia pras festas que o povo fazia, e era uma alegria, eu ia pras cantiga de roda e nós dançava! [...]. (Sic: Moradora de 79 anos).

Pela fala da moradora e a simplicidade exposta, percebe-se as lutas vivenciada há mais de 70 anos atrás. Eram tempos difíceis, mas nem por isso perdia-se a alegria, os costumes e tradições culturais da época a fortalecia. Além das “cantigas de rodas” ela ainda acrescenta costumes que algumas famílias ainda guardam consigo, como as fogueiras do mês de junho e as folias de reis celebradas nos presépios. A comunidade abriga um povo acolhedor de cultura tradicional e tipicamente mineira, um lugar de gente alegre, simples e cheias de histórias para contar.

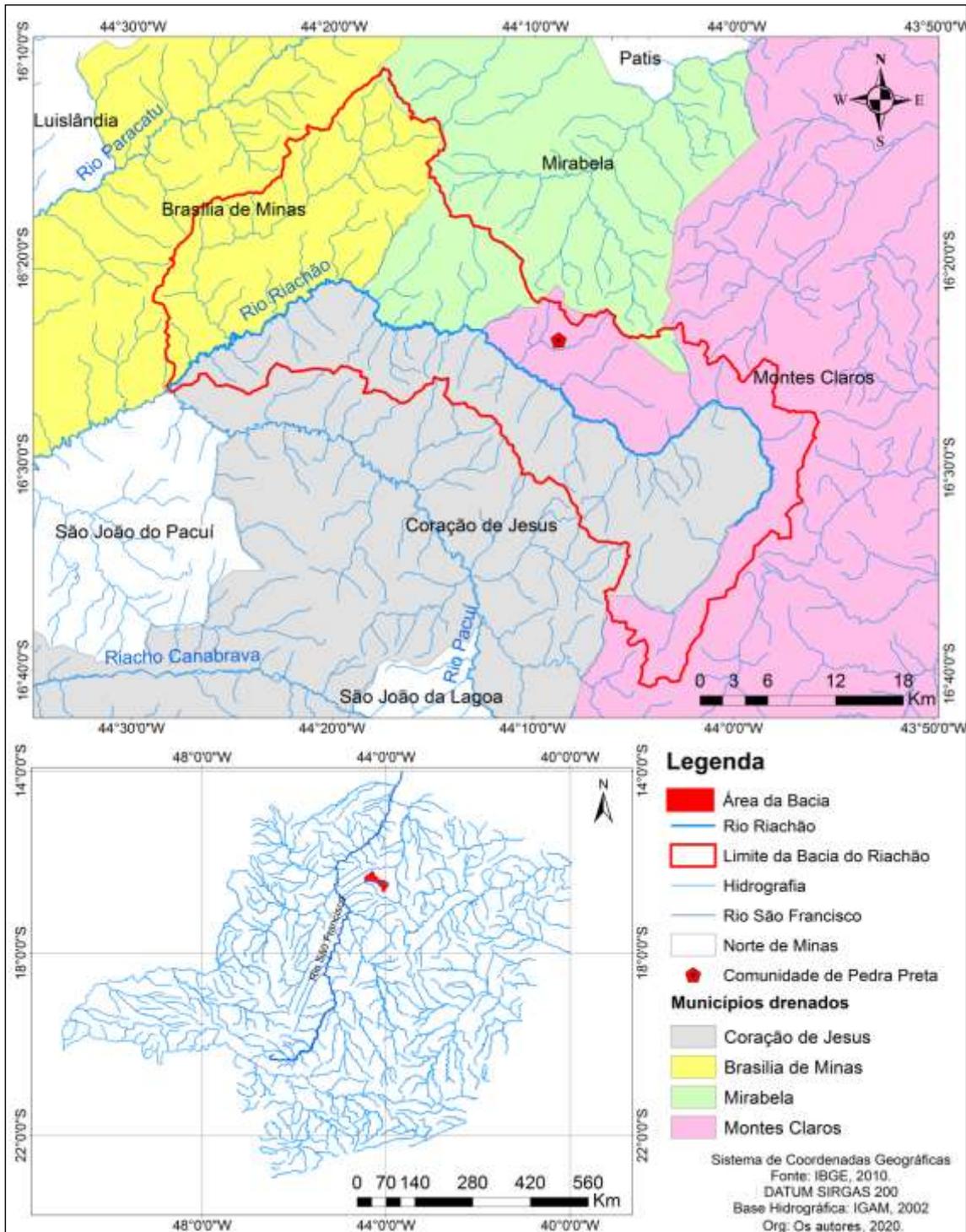
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO ENTORNO DA COMUNIDADE

A comunidade de Pedra Preta está localizada no médio rio Riachão, sendo este o principal afluente do rio Pacuí e subafluente do rio São Francisco. Formada por subafluentes perenes e outros intermitentes, a bacia do rio Riachão é responsável por garantir a base do sustento de inúmeras famílias que ali residem.

A bacia do rio Riachão, ocupa uma área de 86.090 ha, drenando parte dos municípios de Montes Claros, Coração de Jesus, Mirabela e Brasília de Minas (Figura 05). Nesta bacia segundo Afonso e Pereira (2005), vivem cerca de 3.000 famílias, que em sua maioria são compostas por agricultores familiares que sobrevivem de pequenas produções agrícolas e criação de animais, que comercializam na região para subsistência.

O Riachão está encravado em um vale aberto, delimitado por chapadas areníticas, recoberto em parte pelo Cerrado com suas várias subdivisões fitofisionômicas. A unidade geológica presente, é formada pelo Grupo Bambuí, representado pela Formação Lagoa do Jacaré com litologia principalmente carbonática, com a presença de arenito e calcário (KUCHENBECKER, et al. 2013).

Figura 5: Mapa de Localização da Sub-bacia Hidrográfica do rio Riachão



Quanto ao relevo, as altitudes variam entre 860 a 950 m, as regiões de aplainamentos são referentes aos planaltos do São Francisco. A pedologia da área é marcada por quatro tipos de solos, as Areias Quartzosas (AQ) que apresentam em menor

quantidade, e em maior predominância o Latossolo Vermelho- Amarelo (LV) e o Latossolo Vermelho- Escuro (LE) e por último o Podzólico Vermelho. O clima da área de estudo é do tipo tropical sub - úmido, dessa forma, nos meses de novembro a janeiro é quando se concentram os maiores índices pluviométricos e a média anual de precipitação varia entre 800 e 1200 mm LEITE, et al, (2010).

Pelo grande número de famílias que habitam essa área, nas últimas décadas o rio Riachão vem sendo palco de conflitos sociais pelo uso da água. Se por um lado, o que foi desenvolvimento no passado, trazendo melhorias e diversificando as práticas dos usos e ocupação dos solos, principalmente a expansão do agronegócio, por outro, houve um aumento da demanda de uso desses recursos, gerando conflitos diante dos interesses econômicos.

Nesse contexto, Leite et al (2010), afirma que a disputa por água na bacia do rio Riachão está entre os grandes produtores agrícolas que desenvolvem intensas atividades de irrigação, principalmente no alto Riachão e os pequenos agricultores familiares que se concentram no médio e baixo Riachão. Estes conflitos vêm causando redução no volume das águas do rio, que em ciclo, traz problemas ambientais e sociais no cenário local.

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE

Assim como na maioria das comunidades rurais do município de Montes Claros e do Norte de Minas, a relação dos moradores da comunidade de Pedra Preta com as questões econômicas é marcada pela dificuldade de garantir renda suficiente para atender suas necessidades básicas, quando em muitos casos, as famílias são obrigadas a tomar a decisão de se deslocarem para o meio urbano, em busca de melhores condições de trabalho, para garantir o bem-estar social.

Certamente ocorreram melhorias no âmbito econômico do campo, principalmente nas últimas três décadas, com implementações de políticas públicas destinadas à saúde, à educação e à qualidade de vida da população. A chegada da tecnologia, proporcionou aos habitantes desse meio, diversas oportunidades e, sobretudo, um considerável desenvolvimento. Isso é comprovado nas falas dos

moradores que, segundo eles, as dificuldades presentes num período anterior às últimas três décadas, eram muito maiores, o trabalho era mais pesado, as famílias eram maiores e as demandas por emprego, educação e saúde eram intensas, o que trazia em muitos casos, a pobreza e a fome. Diante disso, a solidariedade entre os moradores era o que mais se destacava na luta e convivência com essas dificuldades.

Nessa mesma época, a agricultura familiar era a principal atividade econômica desenvolvida na comunidade, segundo moradores, entre os produtos cultivados destacavam-se o milho, feijão, arroz, mandioca e abobora, além da criação de porcos, galinhas e atividades pecuaristas extensivas, e da fabricação de farinha, rapadura e queijo. Da maioria das produções nada era vendido, os produtos eram consumidos entre às próprias famílias, ou eram estabelecidas trocas de produtos entre elas. Com a chegada dos investimentos políticos, as atividades econômicas foram se diversificando, o número de comerciantes aumentou, as melhorias no setor educacional fizeram com que elevasse o número de funcionários públicos e a melhoria na qualidade de vida e no setor de saúde, garantiu um aumento significativo na expectativa de vida da população, conseqüentemente elevando o número de aposentados.

Na atualidade a economia gira em torno do comércio local, onde alguns são funcionários públicos, outros pensionistas e aposentados, e a maioria vive do setor primário (basicamente da agricultura familiar) com o plantio de milho, feijão, e hortaliças, como mostra a figura 6, além do plantio através de meeiros³ nas terras próximas a comunidade.

³O plantio de meeiro é definido quando o agricultor trabalha em terras que pertencem à outra pessoa. O dono da terra fornece o terreno para cultivo na qual os resultados da produção são repartidos ao meio.

Figura 6: Principais produtos cultivados na comunidade



Fonte: Os autores, 2020.

Além do cultivo, muitos subsidiam suas rendas através de atividades pecuaristas de pequeno porte, com a criação de porcos, galinhas, (Figura 7) e gado, essa última encontra-se cada vez menor. Os moradores relatam que a falta de chuvas tem prejudicado o cultivo de pastagem e como consequência disso, ocorrem impactos negativos na criação do gado e na produção de leite.

Figura 07: Criação de galinhas como subsistência



Fonte: Os autores, 2020.

Um ponto positivo, é que na atualidade é desenvolvida pela associação de moradores da comunidade, a cada quinze dias, uma feira livre, onde todos comercializam os mais diversos produtos, que vão desde a agricultura orgânica, com destaque para às hortaliças, a comidas típicas, como o doce de leite, bolos, queijo, requeijão, beiju de mandioca, salgados e outros, além de produtos artesanais como pano de prato, toalhas e objetos decorativos. A chamada “Feirinha” é de suma importância para a economia da comunidade, pois além de oferecer produtos variados e com preços mais acessíveis, é destacada a boa qualidade destes, outro fato, é que o ambiente ao ar livre se torna um ponto de conversas e descontrações que promovem o lazer.

Até a década de 1990, às atividades agrícolas eram intensas, segundo os moradores mais antigos, as chuvas eram mais constantes e os pequenos córregos e nascentes, presentes na região, cumpriam o papel de fornecer água suficiente para as demandas produtivas dos trabalhadores locais. Um morador de 65 anos afirma que:

[...] antes aqui chovia bastante, as beiras dos rios era tudo breijado, nós plantava arroz, milho e feijão. Hoje em dia quase ninguém planta aqui, pois os rios secaram tudo, o povo não planta mais feijão da seca porque não tem mais água nos rios e a terra é seca. (Sic: Morador de 65 anos).

Com a redução dos índices pluviométricos em todo o Norte de Minas, no que se refere as três últimas décadas, além dos impactos ambientais que resultaram no assooreamento dos rios, os pequenos agricultores tiveram que adotar novos meios de cultivo. Na comunidade de Pedra Preta adveio uma considerável redução no número de agricultores, com a maioria optando por se deslocar para obter sua renda por meio do plantio de meiros, nas terras de fazendeiros que se encontram nas proximidades do rio Riachão. Já outros optaram pela abertura de poços artesianos para irrigar suas plantações, técnica essa que poucos tem acesso, devido aos altos custos do investimento. A falta de água ainda afeta a recarga dos lençóis freáticos da região, causando o secamento de cisternas e poços artesianos.

Diante disso, o espaço rural da comunidade se encontra em processo de reconfiguração, onde os trabalhadores que antes viviam apenas da agricultura familiar

diversificaram os seus modos de produção. Estes modos são chamados de “pluriatividade” que Schneider (2003), que define como:

[...] situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. (SCHNEIDER, 2003, p. 100-101)

Há diversos exemplos da agricultura familiar como pluriatividade na comunidade. Existem produtores agrícolas que exercem várias funções ao mesmo tempo, como à carpintaria, construção civil, artesanatos, extrativismo, piscicultura, além daqueles que moram no campo, mas que exercem algum tipo de trabalho na cidade. Essa perspectiva é considerada uma forma positiva para o desenvolvimento rural e para a comunidade de Pedra Preta, onde novas possibilidades serão vistas para um rural dinâmico e ativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade em seus primórdios vivia da pesca e da caça, com a evolução e as tecnologias implantadas, esse modo de vida sofreu profundas mudanças, o que têm refletido no rural de forma a transformar esse espaço. A partir da revolução verde, a mecanização e tecnificação dos modos de produção se estabeleceram rapidamente. Mas, percebe-se que mesmo com toda a modernidade, ainda existe uma população que vive e trabalha nesse espaço. O município de Montes Claros é um dos exemplos que, mesmo diante da forte influência da cidade de porte médio com toda infraestrutura oferecida, ainda apresenta um rural que permanece.

A comunidade de Pedra Preta, povoado pertencente ao distrito de Ermidinha, é uma das que se encaixam nesse rural que resiste. Para melhor entender as práticas agrícolas familiares e a realidade presente na vivência da população do campo, surge o estudo de caso, que de certo modo, permitiu uma melhor constatação teórica. Através do trabalho de campo, baseado tanto na pesquisa qualitativa, foi possível aproximar da realidade, afim de compreender os modos de vida, de produção e de organização especial dos sujeitos enquanto comunidade. As conversas informais e diálogos estabelecidos

entre o entrevistador e entrevistados proporcionaram o entendimento das lutas vividas no cotidiano dos moradores desde suas origens, suas manifestações culturais, costumes e desafios. É notório que a comunidade de Pedra Preta é marcada por um povo acolhedor, qualidade esta deixada pelos antepassados em que a convivência com às lutas enfrentadas era vencida por meio da solidariedade.

O novo sentido de desenvolvimento rural, baseado na pluriatividade e multifuncionalidade, além da sustentabilidade, apresenta-se como uma das possíveis soluções para amenizar os problemas ambientais e melhorar as condições econômicas no campo, requer novas alternativas de produção, de uso dos solos e do reaproveitamento hídrico. Os principais problemas ambientais que impactam as atividades produtivas da comunidade estão relacionados à questão hídrica, um dos meios de amenizar essa situação, sem dúvida é a implantação de políticas públicas interligadas ao reaproveitamento consciente dos recursos naturais e na educação ambiental do campo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, P. C. S. Dissertação de Mestrado - **Gestão e disputa pela água na bacia do rio Riachão Montes Claros/MG**. Uberlândia, 2008.

AFONSO, P. C. S; Pereira, A. M. A. 2005. Questão da água na bacia do Riachão (MG): Uso e Gestão. **Revista Cerrados**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros/ Departamento de geociências. v.3. n. 1. 115p. p. 75-86. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/2911/2906>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

CUNHA, M. G. C. Territorialidades Sertanejas: Permanências e transformações no espaço rural nortemineiro. São Paulo: **Intermeios**, 2012. Disponível em: <http://www.catedrapanaia.com.ar/augm/MVII.27.1.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

CUNHA, Maria da Graça Campolina; COSTA, João Batista de Almeida. **Cerrado, gerais, sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: UNIMONTES, 2012.

FONSECA, Ana Ivania Alves. **Agricultura familiar como sustentabilidade**: estudo de caso do planalto rural de Montes Claros/ Montes Claros: Unimontes, 2014. 255 p.

FREITAS, Lílian Damares de Almeida Silva. Dissertação de Mestrado - **Multifuncionalidade, organização e desenvolvimento rural nos setores rurais do município de Montes Claros-MG** [manuscrito] / Lílian Damares de Almeida Silva Freitas. – Montes Claros, 2016.

IBGE – Cidades Estado. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/montes-claros> - acessado em 15/01/2021.

KAGEYAMA. Angela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Programa de pós graduação em desenvolvimento rural, 2008.

KUCHENBECKE. Matheus. et al. Proveniência e análise sedimentar da porção basal do Grupo Bambuí em Arcos (MG) *Provenance and sedimentary analysis of the basal portion of the Bambuí Group at Arcos (MG)*. **Revista do Instituto de Geociências – USP**. Geol. USP, Sér. cient., São Paulo, v. 13, n. 4, p. 44-61, Dezembro 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/guspssc/article/view/78914/82985>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

LEITE, M. E; LEITE, M. R; CLEMENTE, C. M. S. O Uso Do Solo E O Conflito Por Água No Alto Rio Riachão – Norte De Minas Gerais: Uma Análise Auxiliada Pelas Geotecnologias. Ver: **Geografia Acadêmica**, v. 4, n. 1 (v: II. 2010). Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Revistageograficaacademica/2010/vol4/no1/4.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, vol.15, no. 43: São Paulo; Setembro/Dezembro. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci_arttext#. Acesso em 18 de julho de 2020.

PEREIRA, A. M. **Cidade Média e Região**: O significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia Instituto de Geografia (IGUFU) TESE – Geografia. Uberlândia/MG. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15921>. Acesso: 06 de junho de 2020.

SCHNEIDER, S. Teoria Social Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 18 Nº. 51 Fevereiro/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>. Acesso em 27 de outubro de 2020.

Anderson Gonçalves de Oliveira - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGeo (UNIMONTES).

Ana Ivania Alves Fonseca - Graduada em Geografia e professora na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro/SP). Mestrado pela Universidade Federal de Uberlândia (2003).

Recebido para publicação em 22 de maio de 2021.

Aceito para publicação em 05 de abril de 2022.

Publicado em 18 de abril de 2022.